



MUDANÇAS NA CARREIRA DOCENTE DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Emerson Duarte Monte¹

Resumo

O trabalho tem como objetivo realizar análise sobre a relação entre a carreira docente nas Universidades Federais e o processo de reestruturação produtiva e de reforma do estado brasileira. Destaca-se o padrão toyotista, em que se incute na subjetividade do trabalhador uma nova lógica de produtividade e conhecimento. No âmbito do estado brasileiro, inicia-se, a partir de meados da década de 1990, um longo processo de modificação da sua estrutura, com base na redução dos gastos públicos e privatização. A carreira docente nas Universidades Federais, unificada a partir de 1987, sofreu diversas modificações a partir da introdução dos elementos particulares da reestruturação produtiva e da reforma do estado, fundamentalmente, ao longo da década de 1990.

Palavras-chave: Carreira Docente, Universidades Federais, Políticas Públicas Educacionais.

Abstract

This paper aims to conduct analysis on the relationship between teaching career in Federal Universities and restructuring process and reform the Brazilian state. Noteworthy is the standard toyotist, as it instills in subjectivity of the worker a new logic of knowledge and productivity. Under the Brazilian state, starts from the mid-1990s, a long process of modifying its structure, based on the reduction of public spending and privatization. The teaching career in the Federal Universities, unified since 1987, has undergone several changes since the introduction of particular elements of productive restructuring and reform of the state, primarily along the 1990s.

Keywords: Teaching Career, Federal Universities, Public Policy Education.

¹Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: emersonmonte21@yahoo.com.br



1 INTRODUÇÃO

O trabalho docente e o desenvolvimento da carreira docente nas Universidades Federais encontram-se inseridos na dinâmica da produção de mercadorias e de serviços próprios da atual forma de organização do capitalismo de fim de século. Torna-se necessário, então, situar essa dinâmica para que se visualizem as mediações entre a conjuntura macro – da reestruturação produtiva e da reforma do estado brasileiro – e os determinantes da carreira docente nessas instituições de ensino.

2 OS LIMITES DA SOCIABILIDADE HUMANA NO CAPITAL

O sistema de produção e reprodução da vida material de tipo especificamente capitalista vivenciou, nas duas últimas décadas de século XX, amplo processo de mudanças no regime de acumulação e na gerencia do Estado, desenvolvidas a partir da recessão iniciada na década de 1970 em virtude da elevação do grau das crises cíclicas peculiares ao capitalismo, instalada na produção de mercadorias aos moldes do Fordismo e do Taylorismo e na administração dos estados nacionais com base na redução e maior controle do mercado por parte do Estado, que em alguns países se consolidou como Estado do Bem-estar Social.

Esse quadro foi fruto da forma assumida pelo capitalismo no período posterior a Segunda Guerra Mundial em que se observou imenso crescimento da taxa de acumulação, tendo seu pico máximo, de acordo com Anderson (1996), na década de 1960, com o reinvestimento de capital no setor produtivo na casa de 5,5% anuais. Todavia, a lógica contraditória em que se funda o modo de produção capitalista, ou seja, ao passo em que se amplia a taxa de mais-valia relativa e, conseqüentemente, se amplia o volume de capital no final do processo produtivo, se reduz a possibilidade de realização da mercadoria na condição de valor-de-uso, mantém sempre a possibilidade de crise como concreta.

Tal contradição é aprofundada quando da necessidade de ampliação da taxa de lucro que entrou em declínio a partir de meados da década de 1960, reduzindo de cerca de 20% para quase 13% na década (1965-1975) na Europa (Alemanha, Reino Unido e



França). Demonstrando que o caráter cíclico e característico da crise, no modo de produção capitalista, é um elemento que se efetiva no plano concreto, tal como foi descrito por Marx (1970) ao destacar a “interdependência dependente” entre o processo de produção e o processo de circulação de mercadorias.

Portanto, o automatismo entre a produção e a circulação de mercadorias não se faz presente no desenvolvimento do capitalismo. A unidade contraditória entre produção e consumo implica na possibilidade de crises no sistema e, também, a sua constante busca de superação².

O movimento de reorganização do capitalismo, na década de 1980, implicou na retomada da ampliação da produtividade do capital, na ampliação da produtividade do trabalho e na redução do crescimento do custo da hora de trabalho, nos países do centro do capitalismo (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 6).

Com tal objetivo, as mudanças no regime de acumulação foram no sentido de ampliar a mais-valia relativa por meio do investimento no corpo maquinário, que a essa altura já lançava mão dos avanços promovidos pela telemática³. O uso das inovações tecnológicas contribuiu para reduzir o tempo e os custos de produção e aumentar a qualidade e a diversificação das mercadorias e serviços.

O que demanda agora é uma produção flexível que significa adequar-se às “necessidades” do consumidor e apresentar alto grau de diversificação. Assim, como uma “especialização flexível” que pede um trabalhador mais especializado, não implicando aqui maior acúmulo de conhecimento como salientou Alves (2001), que domine processos particulares do processo produtivo e que, por isso, pode assumir mais de uma função na produção ou nos serviços (ANTUNES, 2008). Dentre os modelos desenvolvidos no período de flexibilização da produção, o que apresenta maior destaque é o Toyotismo.

Sob a égide do Toyotismo houve a retomada da taxa de lucro, não no mesmo patamar das taxas da década de 1960, e grande aumento da produção, à custa da classe

² Detalhamento exaustivo foi realizado por Marx (1983) no capítulo XVII de “Teorias da mais-valia”, intitulado “Teoria Ricardiana da acumulação. Sua crítica. Desenvolvimento das crises em decorrência da forma fundamental do capital.”

³ Também chamada de teleinformática, ela surge “[...] da convergência entre os novos sistemas de telecomunicações por satélite e a cabo, as tecnologias de informatização e a microeletrônica. Ela abriu, às grandes empresas e aos bancos, maiores possibilidades de controlar a expansão de seus ativos em escala internacional e de reforçar o âmbito mundial de suas operações.” (CHESNAIS, 1996, p. 28).



trabalhadora. Em nível global, Petras (1998) demonstra a redução salarial e aumento da jornada de trabalho nos Estados Unidos da América. No período de 1973 a 1996, o salário semanal obteve queda de mais de 10%; assim como em 1987 o trabalhador médio destinou 163 horas a mais de trabalho anual do que em 1969. No Japão, no período que compreende os anos de 1975 e 1984, a produtividade do trabalho foi aumentada em 117%, todavia o índice dos salários reais cresceu apenas 5,9%.

Portanto, a dinâmica produtiva de tipo flexível não pretende, tão somente, retomar as taxas de lucro do setor produtivo, mas sim: 1. **ampliar o controle sobre os trabalhadores**, 2. empreender a **naturalização do modo de vida burguês** (do consumo desenfreado, da fluidez dos objetos materiais, da individualidade animal), 3. dotar os trabalhadores de conhecimentos para o trabalho, 4. **impregnar na classe trabalhadora a lógica do trabalho** (em especial o produtivo), 5. manter o controle sob o processo e o produto para a garantia da máxima qualidade e do menor tempo na produção de mercadorias, 6. **reduzir o trabalho intelectual a atividades mecânicas nos limites do capital**.

Articulado ao novo marco de organização da produção e da circulação de mercadorias e serviços na mundialização do capital⁴ e na finança mundializada⁵, o neoliberalismo se desenvolve para salvaguardar o desenvolvimento do mercado em bases flexíveis. Essa nova sociabilidade na gerência do Estado apresenta algumas características que foram presentes quando da sua implantação na Inglaterra e nos Estados Unidos da América.

Tais características podem ser relacionadas como a contração da emissão monetária, a ampliação das taxas de juros, a redução dos impostos sobre os rendimentos altos, a abolição dos controles sobre os fluxos financeiros, a elevação dos níveis de desemprego massivo, o enfraquecimento das greves, a imposição de uma nova legislação antissindical, a redução dos gastos sociais, e a implementação de um “[...] amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em

⁴ Cf. Chesnais (1996).

⁵ Cf. Chesnais (2005).



seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água.” (ANDERSON, 1996, p. 12).

A difusão dos princípios neoliberais pelo globo, particularmente para os países “em desenvolvimento” (ou pelos mercados emergentes), se deu por meio do Consenso de Washington⁶, como afirma Paulani (1999). O Instituto de Economia Internacional articulou uma reunião, em 1989 (Washington, DC), que congregou economistas liberais latino-americanos, membros do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e representantes do governo estadunidense para analisar a implementação do neoliberalismo para o conjunto dos países da América Latina (NEGRÃO, 1998).

Todavia, a máxima da perspectiva neoliberal clássica, tal como implementada na Inglaterra e nos Estados Unidos da América, como salientou Anderson (1996), com grande interesse pela privatização do aparato estatal, não se deu de forma integral nos países da América Latina. No Brasil, apesar do grande movimento de privatização⁷ potencializado no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, reduzindo o setor estatal e os investimentos do Estado na coisa pública, assim como o incentivo aos investimentos diretos estrangeiros (oriundos das privatizações), não se pode afirmar que a estratégia neoliberal foi consolidada em sua íntegra.

Como afirma Paulani (1999, p. 122, grifo nosso), no que concerne ao patamar econômico a estratégia neoliberal não foi tão eficaz, mas “Socialmente, ao contrário, conseguiu muitos de seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, *embora não tão desestatizadas como de início pretendia.*”

Esse novo contorno por que passou a política neoliberal, no Brasil, por exemplo, é fruto das medidas de reestruturação da máquina pública, que ganharam formatação a partir do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), criado em 1995, tendo a sua frente o Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, ao desenvolver as ações necessárias para implementar a “desburocratização” da administração pública a partir da lógica gerencial (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 1999).

⁶ Cf. John Williamson (2002).

⁷ Cf. Anuatti Neto et al. (2005, p. 171-172).



Deste modo, a concepção de público e privado desenvolvida no PDRE⁸ elimina a contradição subjacente a estes dois âmbitos da sociedade, a oposição entre Estado e Mercado. Diluindo, ainda que fantasiosamente, a polaridade entre os dois campos é que se consolida a ideia de um espaço público em que transitam as ações do público e do privado, com finalidades equivalentes – atender ao público (BRASIL, 1995).

Nessa perspectiva, o PDRE delimita quatro setores constitutivos do aparelho do Estado: 1. Núcleo Estratégico (Poder executivo, Presidente da República, ministros, auxiliares e assessores diretos; poder Legislativo e Judiciário e o Ministério Público); 2. Atividades exclusivas do Estado (Polícia, Fazenda, Receita Federal, Segurança Pública, Seguridade Social, etc.); 3. Serviços não exclusivos do Estado (aqui inseridas as universidades); 4. Produção de bens e serviços para o mercado (Setor privado).

A relação entre público e privado, e aqui interessa para a análise da carreira docente nas universidades federais, não se estabelece mais em oposição, como polos opostos de uma unidade contraditória. Mas, como bem expressa Oliveira (2009), essa relação se estabelece, cada vez mais, em grau de extrema dependência do privado ante o público. O elevado nível de fragilidade com que o setor privado apresenta, assim como as suas limitações no campo dos recursos humanos e do desenvolvimento científico-tecnológico, potencializa a relação deste com as instituições mantidas pelo Estado.

Logo, a lógica das privatizações, como expressou Paulani (1999), apresenta limites e o que mais interessa na falsa “disputa” entre público e privado é o uso da estrutura pública (entende-se como o corpo de recursos humanos e a sua estrutura física) com fins privados. Destarte “[...] critérios de mercado, privatizações, tudo não passa de um truque para *utilização dos fundos públicos em proveito de interesses privados.*” (OLIVEIRA, 2009, p. 14, grifo nosso).

E certo que, agora não mais para suprir as demandas de reprodução da força de trabalho e da produção industrial capitalista, tal como salientou Oliveira (1998) ao destacar o uso do fundo público com “antivalor”, o fundo público serve, majoritariamente, a reprodução do capital.

⁸ Plano Diretor da Reforma do Estado.



3 CARREIRA DOCENTE EM TEMPO DE REFORMAS

Na conjuntura desencadeada pelos princípios da reestruturação produtiva e pela reforma do estado e, conseqüentemente, da educação superior, o desenvolvimento da carreira docente nas Universidades Federais, a partir de 1987, esteve imerso nessa realidade. Ou seja, teve origem, desenvolvimento e consolidação nessa realidade.

O marco do desenvolvimento da carreira docente nas Universidades Federais se deu a partir da aprovação do Decreto n. 94.664, de 23 de julho de 1987, ao aprovar o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos aos servidores públicos das Instituições Federais de Ensino.

O Decreto foi fruto da mobilização dos trabalhadores docentes das instituições federais de ensino superior, organizados em torno da Associação Nacional ANDES, que lutou ao longo da década de 1980, para a ampliação dos direitos relativos aos docentes destas instituições que se ampliavam conforme iam se proliferando as instituições federais (autarquias e fundações).

Dentre os pontos aprovados, do setor das federais, no 6º Congresso da ANDES, realizado em Goiânia no período de 25 a 31 de janeiro de 1987, cabe destacar dois pontos que indicava a luta para a consolidação da carreira unificada (autarquias e fundações): “1. Adoção do Plano de Carreira Única para os docentes das IES federais conforme proposta protocolada no MEC em setembro de 1986. 2. Isonomia Salarial plena aos docentes das autarquias e fundações [...]” (ANDES, 1987, p. 18).

O crescimento das Associações Docentes (AD) e a organização delas em torno da ANDES possibilitou a elaboração, a partir do acúmulo nos congressos nacionais da associação, em 1986, do Caderno 2, que continha a proposta da associação para a Universidade Brasileira (OTRANTO, 2000).

A entidade partia da caracterização de que a Educação deixava de ser, desde o início do Regime Militar (1964), uma prioridade de investimento no Brasil. Os dados apresentados por Martins (1998, p. 67 *apud* OTRANTO, 2000, p. 3) demonstram que “Em 1965 a participação do MEC no orçamento da UNIÃO representava 11,7% e dez anos depois se situava em torno de 5,4%. No final dos anos 70 a participação se reduz ainda mais, chegando a 4,17%.” Dando continuidade a esses dados, em 1990 esse percentual



regrediu para 2,35%. No ano 2000 o valor ficou situado em 1,72% e encerrou o ano de 2008 com 1,83% (DESPESA DA UNIÃO POR FUNÇÃO, 2009).

Apesar dos avanços contidos no Decreto 94.664/87 ao unificar a carreira e estabelecer um só padrão para os docentes das instituições federais de ensino superior, a carreira sofreu diversas modificações ao longo da década de 1990, fundamentalmente, e que se mantém na primeira década do século XXI. Os pontos de desenvolvimento da carreira: Atividades; Corpo Docente; Forma de Ingresso na Carreira; Regime de Trabalho; Progressão Funcional; Afastamento e Remuneração perderam o caráter inicialmente previsto no plano.

A base de sustentação da carreira, ou seja, a remuneração, por garantir as condições objetivas de sobrevivência do trabalhador na era do capital, foi perversamente desvalorizada, fundamentalmente, na década de 1990, tal como se verificou no setor produtivo, o que caracteriza uma política de “arrocho” salarial como forma de ampliar o quadro docente e, ao mesmo tempo, frear os gastos com pessoal docente.

As medidas oriundas do último ano, fruto da imposição do MEC frente à greve dos docentes das federais desencadeada em fins do primeiro semestre de 2012 (uma das maiores greves da história do movimento docente universitário), foi uma completa desestruturação da carreira, com implicações no campo salarial, na forma de início na carreira, nas garantias previdenciárias⁹, principalmente para os novos docentes, conforme previsto na Lei n. 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

A título de exemplo, a remuneração do graduado, em regime de trabalho de 20h e Dedicção Exclusiva (DE), nas diversas classes, ao longo do período 1987 a 2008, não obteve aumento significativo, pelo contrário, ao final da década de 1990 a sua remuneração alcançou os piores patamares, conforme expressa a tabela 1.

⁹ Cf. Lei n. 12.618, de 30 de abril de 2012.



Tabela 1 – Evolução dos salários do corpo docente permanente das IFES – Brasil – 1987 e 2013

Classes e Nível		Abril de 1987 [1]		Março de 2013	
		20h	DE	20h	DE
Titular-Grad.	U	2.644,63	7.404,97	2.584,28	6.042,34
Adjunto-Grad.	1	1.880,85	5.266,39	2.039,91	4.015,41
Assistente-Grad.	1	1.520,07	4.256,18	1.963,39	3.762,54
Auxiliar-Grad.	1	1.228,48	3.439,76	1.914,58	3.594,57
Δ (%) Média (87-13)		16,8	-14,5
Titular-Me.	U	3.041,33	8.515,71	3.506,20	9.335,74
Adjunto-Me.	1	2.162,98	6.056,35	2.537,23	6.277,29
Assistente-Me.	1	1.748,08	4.894,61	2.421,13	5.707,64
Auxiliar-Me.	1	1.412,76	3.955,72	2.342,65	5.466,55
Δ (%) Média (87-13)		29,2	14,3
Titular-Dr.	U	3.305,79	9.256,21	4.117,31	13.790,14
Adjunto-Dr.	1	2.351,07	6.582,99	2.957,04	8.618,53
Assistente-Dr.	1	1.900,08	5.320,23	2.786,93	8.236,24
Auxiliar-Dr.	1	1.535,61	4.299,70	2.700,51	8.049,77
Δ (%) Média (87-13)		38,1	52,0

Fontes: BRASIL (1987); BRASIL (2012).

Notas: Sinal convencional utilizado:

.. Não se aplica dado numérico.

[1] Os valores do ano de 1987 foram construídos com base no salário inicial do professor auxiliar, graduado, em regime de 20h, e dos percentuais adicionais conforme a variação no nível, na classe, na titulação e no regime de trabalho estipulados no Decreto n. 94.664/87. Posteriormente os valores em Cruzado (Cz\$) foram convertidos para o padrão Real (R\$) a partir do que estipulou a Medida Provisória n. 32, de 15 de janeiro de 1989, a Lei n. 8.697, de 27 de agosto de 1993 e a Lei n. 9.069, de 29 de junho de 1995. Em seguida foram atualizados considerando o IPCA de janeiro de 2013.

De forma sintética, o que se observa na tabela 1 é um quadro de pouco avanço e de retrocesso salarial para os trabalhadores docentes das IFES no período 1987-2013. Existe uma prioridade do governo, que é centrada no doutores em regime de dedicação exclusiva, em virtude do potencial que esses docentes podem desempenhar nas universidades. Assume-se a contenção dos gastos no serviço público federal (basta verificar que, em igual período, o aumento no salário mínimo foi de 206%), de outra forma, a otimização do trabalho dos servidores públicos (docentes) ao ampliar a carga de trabalho e o número de discentes por cada docente (graduação – presencial e a distância, pós-graduação – *lato sensu e stricto sensu*).



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a carreira docente deixa de ser algo que se consolida na atividade diária do docente dentro da universidade e que perpassa pela política de formação continuada, que implica o incentivo à pós-graduação *stricto sensu*, a participação em eventos, etc., pela atividade desenvolvida por cada classe de docente, pelo tripé fundante da universidade, por uma política qualificada de progressão na carreira conforme o tempo de atividade laboral e torna-se restrita a um instrumento de potencialização do crescimento das matrículas na universidade sem, necessariamente, partir de uma política de contratação docente, mas de uma maior eficiência do uso dos recursos públicos no âmbito das IFES, tal como descrito no Plano Diretor da Reforma do Estado.

A carreira docente, em última análise, nas IFES, aparenta apresentar alguns traços da dinâmica empreendida no mundo do trabalho pós-reestruturação produtiva, em que se necessita de um quadro qualificado, produtivo, comprometido com o desenvolvimento técnico-científico e, por outro lado, grande parte, mesmo qualificado, assume os “postos menores” da produção e reprodução do conhecimento acadêmico no âmbito do ensino.

Esses indicadores possibilitam o alçar do seguinte questionamento: no período 1987-2010 a carreira docente nas universidades federais, com fortes indícios de adequação dessas aos princípios oriundos do processo de reestruturação produtiva e da reforma do estado brasileiro, constituiu-se e consolidou-se no sentido de se adequar à lógica da produção e da reforma do estado ou se contrapor a esta lógica?

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *Dimensões da globalização: o capital e suas contradições*. Londrina: Praxis, 2001.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 13. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.



ANUATTI NETO, Francisco; BOROSI FILHO, Milton; CARVALHO, Antonio Gledson de; MACEDO, Roberto. Os efeitos da privatização sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas privatizadas. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, p. 151-175, abr. jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v59n2/a01v59n2.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2009.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR. Relatoria do 6º Congresso da ANDES. Goiânia, 25-31 jan. 1987. Disponível em: <<http://antigo.andes.org.br/secretaria/arquivos/default.asp>>. Acesso em: 23 ago. 2010.

BRASIL. Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987. Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 jul. 1987. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1987/94664.htm>>. Acesso em: 09 set. 2009.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: Imprensa Nacional, nov. 1995. Plano aprovado pela Câmara da Reforma do Estado da Presidência da República em setembro de 1995.

BRASIL. Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012. Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo... *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2 maio 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12618.htm>. Acesso em: 20 jun. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal... *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 31 dez. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm>. Acesso em: 2 abr. 2013.

CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DESPESA DA UNIÃO POR FUNÇÃO. Tesouro Nacional. 2009. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/execucao_orcamentaria_do_GF/Despesa_Regionalizada2009.xls>. Acesso em: 9 maio 2010.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo: neo-imperialismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 1-19, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a01v16n1.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2009.



DURANS, Cláudia Alves. *Limites do sindicalismo e reorganização da luta social: um estudo das experiências de ferroviários e metalúrgicos maranhenses*. São Luís: EDUFMA, 2008.

MARX, Karl. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico* (livro 4 de O Capital). Tradução Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: DIFEL, v. 2, 1983.

NEGRÃO, João José. *Para conhecer o neoliberalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

OLIVEIRA, Francisco. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. Prefácio – Recuperando a visão? In: SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.

OTRANTO, Celia Regina. Movimento sindical docente: história e crise. *Universidade Rural (Série Ciências Humanas)*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 111-121, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://www.celia.na-web.net/pasta1/Texto_7.pdf>. Acesso em: 6 set. 2010.

PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e individualismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, v. 13, p. 115-127, dez. 1999.

PETRAS, James. O manifesto comunista: qual sua relevância hoje?. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Osvaldo Coggiola (Org.). São Paulo: Boitempo, 1998. p. 239-254.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do estado e mudança na produção*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

WILLIAMSON, John. *What Washington Means by Policy Reform*. Instituto Peterson de Economia Internacional, nov. 2002. Publicações. Discursos, depoimento, artigos. Disponível em: <<http://www.petersoninstitute.org/publications/papers/paper.cfm?ResearchID=486>>. Acesso em: 16 nov. 2009.